

O USO DE SUBSTÂNCIAS MEDICAMENTOSAS SEM ACOMPANHAMENTO PSICOTERAPÊUTICO

*THE USE OF MEDICATION SUBSTANCES WITHOUT
PSYCHOTHERAPEUTIC SUBSTANCE*

Preslom Da Silva Ploszai¹
Silvia Mara Pagliuzo Muraki²
Care Cristiane Hammes³

RESUMO

O presente artigo apresenta um estudo realizado com o objetivo de investigar os impactos do uso de psicofármacos sem acompanhamento psicoterapêutico e os fatores que contribuíram para o aumento da adesão a esses medicamentos no Brasil, uma vez que o Conselho Federal de Farmácia (2023) relatou um aumento de 36% nas vendas de antidepressivos e estabilizadores de humor desde a pandemia de Covid-19. Empregando uma metodologia de pesquisa bibliográfica, com foco nos descritores Psicoterapia, Medicamentos e Psicofármacos, em fontes como Google Acadêmico, Scielo e Pepsic, foram trabalhados três objetivos específicos: 1) Avaliar os impactos na saúde mental e física do uso de medicamentos sem acompanhamento terapêutico; 2) Investigar as razões para o aumento do consumo de psicofármacos; 3) Explorar as implicações da automedicação na sociedade contemporânea. Os resultados revelaram uma tendência preocupante para a automedicação em resposta às demandas de uma cultura de imediatismo, exacerbada pelo avanço tecnológico e informacional. A justificativa para este estudo reside na importância de entender as complexas relações entre o consumo de psicofármacos e a saúde mental coletiva, além de alertar sobre os riscos da automedicação, como complicações de saúde, interações medicamentosas perigosas e dependência química. A conclusão do estudo ressalta que, apesar de os medicamentos psicofármacos proporcionarem um alívio imediato de sintomas, existe uma preocupação significativa de que tal alívio possa ocultar a real necessidade de abordagens terapêuticas mais profundas e eficazes no tratamento de questões de saúde mental. Esta constatação sublinha a crucial necessidade de uma abordagem mais holística e integrada no cuidado à saúde mental, onde a medicação é complementada, e não substituída, por terapias psicológicas adequadas. Tal integração é vital para garantir não apenas o tratamento dos sintomas, mas também para abordar as causas subjacentes dos distúrbios psicológicos, promovendo um bem-estar duradouro e prevenindo dependências e complicações decorrentes do uso indevido de medicamentos. Portanto, este estudo reforça a necessidade de políticas de saúde e práticas clínicas que valorizem tanto a farmacoterapia quanto a psicoterapia, garantindo um cuidado mais efetivo e humano no tratamento da saúde mental.

¹ Bacharelando em Psicologia, Centro universitário da Grande Dourados. Dourados MS – Contato: preslom.ploszai@gmail.com

² Doutora em psicologia e graduada em Psicologia e Serviço Social – Contato: smuraki@unigran.br

³ Doutora em Educação, Graduada em Pedagogia e Geografia – Contato: educaçãocarehammes@gmail.com

Palavras-chave: Psicoterapia; Medicamentos; Psicofármacos.

ABSTRACT

This article presents a study aimed at investigating the impacts of the use of psychopharmaceuticals without psychotherapeutic support and the factors that contributed to the increased adherence to these medications in Brazil, especially since the Federal Council of Pharmacy (2023) reported a 36% increase in the sales of antidepressants and mood stabilizers since the Covid-19 pandemic. Employing a bibliographic research methodology, focusing on descriptors such as Psychotherapy, Medication, and Psychopharmaceuticals, and sourcing from platforms like Google Scholar, Scielo, and Pepsic, three specific objectives were addressed: 1) Assess the impacts on mental and physical health of using medication without therapeutic supervision; 2) Investigate the reasons for the increased consumption of psychopharmaceuticals; 3) Explore the implications of self-medication in contemporary society. The results revealed a concerning trend towards self-medication in response to the demands of a culture of immediacy, exacerbated by technological and informational advancements. The justification for this study lies in the importance of understanding the complex relationships between the consumption of psychopharmaceuticals and collective mental health, as well as alerting about the risks of self-medication, such as health complications, dangerous drug interactions, and chemical dependency. The conclusion of the study emphasizes that, although psychopharmaceuticals provide immediate symptomatic relief, there is significant concern that such relief may conceal the real need for more profound and effective therapeutic approaches in treating mental health issues. This finding underlines the crucial need for a more holistic and integrated approach in mental health care, where medication is complemented, not replaced, by appropriate psychological therapies. Such integration is vital to ensure not only the treatment of symptoms but also to address the underlying causes of psychological disorders, promoting lasting well-being and preventing dependencies and complications arising from the misuse of medications. Therefore, this study reinforces the need for health policies and clinical practices that value both pharmacotherapy and psychotherapy, ensuring more effective and humane care in the treatment of mental health.

Keywords: Psychotherapy; Medicines; Psychopharmaceuticals.

1. INTRODUÇÃO

Na sociedade contemporânea, caracterizada pela busca constante por soluções imediatas para uma variedade de desafios, diversas indústrias têm se adaptado para atender às necessidades urgentes da população. Este estudo enfoca a indústria farmacêutica, que se destaca neste cenário, avançando significativamente no mercado ao oferecer alívio para uma gama de sintomas que causam considerável sofrimento. A crescente preferência por

respostas rápidas e eficazes reflete-se no desenvolvimento e na popularidade de medicamentos projetados para proporcionar alívio imediato, um fenômeno que ressalta a tendência da sociedade moderna em buscar soluções prontas e acessíveis para problemas complexos de saúde.

De acordo com Kimura (2005, p.4) “Inicialmente utilizados como um recurso para possibilitar ao sujeito curar-se de seu sofrimento, os psicofármacos acabaram por alienar o homem na promessa de libertar-se das dores da própria essência humana, tornando-se um meio de camuflar o sofrimento humano”. Sendo assim os psicofármacos passaram a ser adotados com uma saída para tais sofrimentos emocionais, em alguns casos realizando melhorias, mas em outros gerando mais agravamento no caso clínico.

Com esta alta busca pelas “pílulas milagrosas” a fala perdeu seu espaço, as pessoas não conversam ou não buscam compreender suas emoções ou sentimentos, nota-se uma população mais calada e com mais dúvidas sobre si mesmo (WHITAKER,2017). A ciência da psicologia por meio da psicoterapia busca analisar, compreender o indivíduo por completo, desde seu nascer até o atual momento que se encontra, é de conhecimento geral que muitas pessoas não procuram a psicoterapia como forma de compreenderem ou saber sobre sua saúde mental, uma grande porcentagem da população opta em buscar a solução somente por meio dos psicofármacos (CAPITAO, 2005).

Segundo a ANVISA (2015) o Clonazepam é o benzodiazepíncio mais vendido no Brasil, e é possível encontrá-lo em 68 formas diferentes e que é prescrito para transtornos de ansiedade e de humor. Em 2013, o Brasil tornou-se o maior fabricante da substância, com 3,2 toneladas, seguidos pela Itália e Suíça, fabricando 2,3 toneladas cada.

De acordo com os dados divulgados pelo anuário sobre a indústria farmacêutica no Brasil “a venda de medicamentos no Brasil gerou um faturamento de R\$ 85,9 bilhões em 2019. Em termos percentuais, o valor da comercialização refletiu um crescimento de 7,9% em relação a 2018” (ANVISA, 2021).

Este estudo visa explorar as consequências decorrentes do uso de psicofármacos sem acompanhamento psicoterapêutico adequado e elucidar os fatores que levaram ao crescimento da adesão a estes medicamentos. O foco central é analisar os efeitos que tais medicamentos exercem sobre a saúde mental e física dos indivíduos, delinejar as causas subjacentes ao incremento do consumo dessas substâncias, e examinar as ramificações da

automedicação no contexto da sociedade atual. Essa abordagem multifacetada proporciona uma compreensão aprofundada dos desafios e das dinâmicas envolvidas no manejo da saúde mental na era moderna.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 SAÚDE MENTAL

A compreensão do conceito de saúde mental está se tornando um tópico cada vez mais debatido e discutido, refletindo uma crescente conscientização e questionamento sobre o tema. Isso indica uma necessidade premente de integrar e abordar a saúde mental em várias esferas da sociedade contemporânea. A evolução desse diálogo sugere que as questões de saúde mental não são mais vistas apenas como um assunto de natureza clínica, mas também como um elemento crucial para o bem-estar geral em diversos contextos sociais, educacionais e profissionais. Sendo assim, cabe ressaltar que a saúde mental deve se preocupar “[...] com a disposição de condições físicas e ambientais que favoreçam o desenvolvimento saudável das pessoas” (RIBAS; TERRA; ERDMANN, 2005, p. 138).

Prementemente, “devemos derrubar as barreiras que ainda excluem aqueles que sofrem de doenças mentais ou psicológicas. Não há lugar no nosso mundo para a discriminação de quem sofre de doenças mentais. Não pode haver saúde sem saúde mental” (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2010).

De acordo com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS, 2021), em países de baixa e média renda, entre 76% e 85% das pessoas com transtornos mentais não recebem tratamento. Já em países de alta renda, entre 35% e 50% das pessoas com transtornos mentais também não recebem tratamento psicoterapêutico, uma vez que o sistema de saúde público não consegue suportar a carga de casos de pessoas com transtornos mentais.

Os transtornos mentais são condições complexas que emergem da interação de uma variedade de fatores, incluindo aspectos sociais, genéticos, psicológicos e ambientais. De acordo com o Hospital Santa Mônica (2018), as pressões socioeconômicas desempenham um papel crítico, impactando continuamente tanto a saúde mental individual quanto a

coletiva, com efeitos particularmente acentuados nas camadas mais vulneráveis da população. Além disso, a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2013) enfatiza que a saúde, em sua definição mais ampla, transcende a mera ausência de doenças. Ela é entendida como um estado de completo bem-estar físico, mental e social. Esta perspectiva mais holística ressalta a importância de considerar os múltiplos aspectos da vida do indivíduo ao abordar questões de saúde, especialmente no contexto da saúde mental. Essa abordagem integrada é fundamental para entender e tratar os transtornos mentais de maneira eficaz, reconhecendo a interconexão entre diversos fatores que influenciam o bem-estar mental e físico.

No âmbito da saúde mental, diversas patologias apresentam-se recorrentemente, impactando significativamente a vida dos indivíduos. Entretanto, a obtenção de dados precisos sobre estas condições é frequentemente dificultada pelo estigma e pela relutância de muitas pessoas em reconhecer ou aceitar a presença de tais transtornos. O DSM-5 (2013) identifica algumas das doenças mentais mais comuns, cada uma com características distintas:

1. **Depressão:** Caracteriza-se por sentimentos persistentes de tristeza, perda de interesse ou prazer em atividades antes prazerosas, sentimentos de culpa ou baixa autoestima, distúrbios do sono e do apetite, fadiga e dificuldade de concentração. A depressão pode afetar significativamente o desempenho diário de um indivíduo em várias esferas da vida.
2. **Transtorno Bipolar Afetivo:** Este transtorno envolve episódios de mania e depressão, alternando com períodos de humor normal. Durante os episódios maníacos, os indivíduos podem experimentar um humor elevado ou irritável, aumento da atividade, fala acelerada, autoestima exagerada e diminuição da necessidade de sono. Além disso, o transtorno bipolar pode incluir aqueles que experienciam episódios maníacos sem episódios depressivos.
3. **Esquizofrenia e outras Psicoses:** Estas condições são marcadas por distorções no pensamento, percepção, emoções, linguagem, consciência de si e comportamento. Sintomas comuns incluem alucinações e delírios, que podem dificultar significativamente o funcionamento normal no trabalho ou estudo.
4. **Demência:** É uma condição geralmente crônica ou progressiva que envolve

deterioração da função cognitiva além do esperado no envelhecimento normal. Afeta a memória, pensamento, orientação, compreensão, cálculo, capacidade de aprendizagem, linguagem e julgamento. Muitas vezes, o comprometimento cognitivo é acompanhado ou precedido por deterioração no controle emocional, comportamento social ou motivação.

Além do tratamento clínico, pessoas com transtornos mentais ou de personalidade necessitam de amplo suporte, incluindo apoio familiar e acesso a serviços de saúde e cuidados sociais. Também é crucial oferecer ajuda para que possam acessar programas educacionais adaptados às suas necessidades, conforme destacado pelas Nações Unidas Brasil (2010). Esta abordagem multidimensional é essencial para um tratamento eficaz, abrangendo não apenas o aspecto clínico, mas também oferecendo suporte social e educacional para melhorar a qualidade de vida e promover a inclusão social desses indivíduos.

2.2 TRATAMENTO PSICOTERÁPICO.

Pode-se dizer que a psicoterapia tem como objetivo compreender e ajudar um indivíduo, grupos ou casais a resolver questões emocionais, está excelente ferramenta do profissional da saúde mental possibilita assimilar questões existenciais e promover evolução interpessoal (MONDARDO, PIOVESAN, MANTOVANI, 2009).

Ter o acompanhamento de um psicólogo no dia a dia pode trazer transformações significativas em sua existência, independente do motivo que o motivou a iniciar a psicoterapia. A psicoterapia é um tratamento colaborativo, em que paciente e psicólogo trabalham juntos para resolver as questões desejadas. Uma das principais ferramentas utilizadas na psicoterapia é a fala, pois é através dela que o paciente poderá expressar todos seus pensamentos em consultório (ADOLFO, 2019, p. 23).

De acordo com um estudo da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2020), a prevalência de transtornos de ansiedade no Brasil é significativa, afetando 23,9% da população, enquanto a depressão atinge 5,8% dos brasileiros. Estes dados alarmantes

ressaltam a necessidade crítica de cuidados adequados com a saúde mental. Tais estatísticas também incentivam uma análise mais profunda sobre os fatores desencadeantes dessas condições, que podem ser efetivamente abordados e compreendidos por meio da psicoterapia, conforme discutido por Silva (2019). Esta abordagem terapêutica não apenas trata os sintomas, mas também busca compreender e combater as causas subjacentes dos transtornos mentais.

A psicoterapia, segundo Silva (2019), tem um papel crucial na identificação das causas e padrões comportamentais que impedem o indivíduo de alcançar um estado de bem-estar e felicidade. Ao destacar os aspectos que necessitam de atenção e modificação no cotidiano, a psicoterapia promove um entendimento mais profundo dos problemas emocionais e comportamentais, pavimentando o caminho para um maior equilíbrio emocional e satisfação pessoal.

Além de tratar transtornos comuns como depressão e ansiedade, a psicoterapia é eficaz no tratamento de uma ampla gama de condições psicológicas, incluindo anorexia nervosa, transtorno obsessivo-compulsivo, transtorno de personalidade borderline, transtorno bipolar, demência, transtorno do déficit de atenção com hiperatividade, esquizofrenia, autismo e estresse pós-traumático, entre outros. Este espectro amplo de aplicabilidade demonstra a versatilidade e a importância da psicoterapia no manejo de diversas condições de saúde mental.

Mondardo, Piovesan e Mantovani (2009) destacam que os benefícios da psicoterapia vão além do tratamento de transtornos específicos. Incluem a oportunidade de autoconhecimento e autocompreensão, aquisição de habilidades para lidar com desafios emocionais e comportamentais, e uma mudança significativa na percepção da realidade. Este processo terapêutico permite que os indivíduos remodelem suas vidas de uma maneira mais saudável e adaptativa, promovendo uma melhoria geral em sua saúde mental e qualidade de vida.

Portanto, a psicoterapia emerge como uma ferramenta vital no contexto da saúde mental, oferecendo não apenas alívio dos sintomas, mas também promovendo uma transformação mais profunda nos indivíduos, capacitando-os a enfrentar desafios psicológicos e a alcançar um estado de bem-estar sustentável.

2.3 USO DE SUBSTÂNCIAS MEDICAMENTOSAS

A psicoterapia abrange diversas áreas no campo da saúde mental, e “apesar dos diferentes tratamentos para esses transtornos, o consumo e uso de substâncias psicotrópicas aumentou significativamente em todo o mundo nos últimos 10 anos, tanto em países desenvolvidos quanto em países em desenvolvimento” (RIBEIRO; GOMES; LIMA; BOTELHO, 2019, p. 9).

A utilização adequada de psicofármacos desempenha um papel crucial na prevenção e manejo de transtornos mentais. No entanto, Junior e Souza (2010) observam que, mesmo quando orientados corretamente, alguns pacientes optam por não aderir ao regime medicamentoso prescrito, o que pode resultar na progressão ou no agravamento de seu estado clínico. Esta resistência à adesão medicamentosa revela um desafio significativo no campo da saúde mental, onde a eficácia do tratamento muitas vezes depende da colaboração ativa do paciente.

Cramer (2008), citado por Mourão-Júnior e Souza (2010, p. 2), define adesão como o ato de seguir as recomendações médicas em relação ao tempo, dosagem e frequência de administração de uma medicação específica. Esta definição ressalta a importância do comprometimento do paciente com o tratamento prescrito. O uso correto de medicamentos é um componente vital para que os profissionais de saúde mental possam alcançar os resultados desejados em suas intervenções terapêuticas.

A relação entre psicoterapia e farmacoterapia destaca a necessidade de uma abordagem integrada na saúde mental. Enquanto os medicamentos podem oferecer alívio sintomático e melhorar a qualidade de vida, a psicoterapia fornece ferramentas para lidar com questões subjacentes, facilitando a compreensão e o manejo dos transtornos mentais. Esta sinergia entre as diferentes modalidades de tratamento é fundamental para um cuidado mais eficaz e abrangente, visando não apenas a estabilização dos sintomas, mas também a promoção de uma saúde mental sustentável e holística.

Deve-se destacar que:

No caso de uma terapia que envolve o uso de fármacos, o médico ao receber determinado medicamento está somente iniciando um possível tratamento. Porém, para que este tratamento realmente se concretize, é necessário que o sujeito – alvo de tal medicamento –, faça o uso recomendado do mesmo, segundo os critérios necessários para que efeitos desejáveis sejam alcançados (JUNIOR; SOUZA,

2010, p.3).

Estudos evidenciam que os ansiolíticos estão entre os medicamentos mais consumidos pela população adulta, e o motivo para tal consumo envolve vários fatores, incluindo estresse, depressão, ansiedade, insônia e problemas sociais, dentre outros (SILVA e BARETO, 2019, p. 7).

Conforme Maia e Albuquerque (2000), citados por Nazário e Silva (2019, p. 8), na sociedade atual, observa-se uma incessante busca dos indivíduos pela satisfação imediata de suas necessidades. Esta tendência é acentuada principalmente pelo desenvolvimento tecnológico e informacional, onde a cultura do "immediatismo" prevalece. As próprias cobranças cotidianas por rendimento e produtividade em um mercado de trabalho altamente competitivo, aliadas à busca constante pelo prazer e à necessidade de demonstrar felicidade a todo momento, contribuem para o aumento abusivo no uso de psicofármacos (MAIA e ALBUQUERQUE, 2000, p. 83).

Segundo Andreatinia et al. (2004), houve uma grande perda na capacidade dos indivíduos de tolerar o estresse e a grande pressão propagandística da indústria farmacêutica, além de hábitos inadequados por parte dos médicos, o que colaborou para o aumento do consumo de benzodiazepínicos. Andreatinia et al. (2004, p. 12) observam também que, "Embora sejam drogas relativamente seguras, restrições à sua utilização têm sido cada vez maiores, devido à incidência de efeitos colaterais relacionados à depressão do sistema nervoso central."

Os usos dessas drogas, conforme apontado por Salmoria, apud Silva (2009), já não cumprem a função originalmente pretendida; muitas vezes, seu uso é iatrogênico, servindo para camuflar e fugir da realidade dos sentimentos e dos sofrimentos naturais do ser humano, além das mudanças que o corpo e a psique sofrem com o tempo. Pelegrini (2003, p. 2) acrescenta que "Busca-se permanecer no estado de prazer e alegria, ao preço de se eliminar parte da experiência humana."

Ainda Pelegrini (2023) observa que:

Em meio a essas características da contemporaneidade, a Psiquiatria ganhou, há apenas algumas décadas, com o desenvolvimento da Psicofarmacologia e da Neurologia, estatuto de ciência. Também deixou de ser uma disciplina voltada exclusivamente para o tratamento da loucura e passou a tratar dos pequenos "mal-estares" cotidianos e da "dor-de-existir", com um consequente aumento da medicalização das dificuldades psíquicas e emocionais. Para cada mal, a

Psiquiatria passou a ter um remédio (PELEGRINI, 2003, p.3).

2.3.1 Tratamento medicamentoso

De acordo com Rodrigues (2003), o campo da psiquiatria está se ampliando cada vez mais, pois o que antes era considerado traços de personalidade, atualmente é classificado como doenças. Desde então, esses fenômenos psíquicos são convertidos em novas patologias, buscando-se, assim, uma solução medicamentosa.

Segundo Frey e colaboradores (2004, p. 120), "A decisão do uso de uma medicação psicotrópica requer uma consideração cuidadosa. O psiquiatra deve estar atento a que a decisão de prescrever um medicamento pode ser influenciada pelos seus próprios conflitos e desejos inconscientes". Para Frey et al. (2004), é necessário que o psiquiatra monitore suas decisões ao prescrever medicamentos para não ser influenciado por desejos inconscientes e conflitos próprios, pois tal decisão pode estar influenciada pela incapacidade do psiquiatra em suportar a lentidão do processo psicoterapêutico. Sendo assim, "o psiquiatra pode, também, não conseguir tolerar (conter) os afetos dolorosos, como a raiva e a tristeza, e medicar para aliviar a sua ansiedade. Além disso, ele pode agir contra identificado projetivamente, mobilizado pelos desejos de sedução, manipulação ou busca de gratificação dos pacientes" (FREY et al., 2004, p. 120).

Conforme alude Cordeiro (1985, p. 72), "Na realidade, longe de representar uma forma de intervenção técnica, o novo medicamento substitui o diálogo do médico com o paciente, garante o prestígio profissional e medicaliza problemas vitais". Em concordância com Ferrazza et al. (2010), há muitos interesses envolvidos na relação entre profissionais da medicina e a indústria farmacêutica, que muitas vezes deixam de lado questões da saúde do paciente para ganhar credibilidade ao prescrever medicamentos de última geração.

No entanto, conforme Silva (2013, p.24) "diante de qualquer angústia, tristeza ou desconforto psíquico, os clínicos passaram a prescrever, sem hesitar, os psicofármacos mágicos, isto é, os ansiolíticos e antidepressivos". "A escuta da existência e da história dos enfermos foi sendo progressivamente descartada e até mesmo, no limite, silenciada. Afinal, por essa via tecnológica, a população passou a ser ativamente medicalizada, numa escala sem precedentes" (BIRMAN, 2000 apud SILVA, 2013, p. 25).

2.3.2 Pílulas mágicas

De acordo com Roudinesco (2000, p. 6), a prescrição de psicotrópicos por clínicos gerais e especialistas em psicopatologia reflete uma tendência contemporânea na medicina de normalizar comportamentos e aliviar os sintomas mais intensos do sofrimento psíquico. Esta abordagem, embora eficaz em mitigar manifestações dolorosas, muitas vezes não busca compreender a significação profunda desses sintomas. Roudinesco destaca essa tendência de tratar sintomas sem investigar as causas subjacentes, o que reflete uma mudança paradigmática no tratamento de distúrbios mentais.

Pelegrini (2003) discute o crescente apelo dessa abordagem na sociedade contemporânea, atribuindo seu sucesso à busca por soluções rápidas e fáceis para o "vazio interior" que caracteriza a ansiedade moderna. Este fenômeno, segundo ele, é particularmente prevalente no início do século, quando as pessoas parecem cada vez mais inclinadas a procurar alívio imediato para suas inquietações existenciais. Além disso, Pelegrini (2003) observa que a motivação para pesquisar e desenvolver medicamentos que promovam uma espécie de felicidade imune aos desafios da vida é intensa. Ele argumenta que tal abordagem, em última análise, serve como uma "máscara para a alma", oferecendo soluções temporárias que mais se assemelham a "paraísos artificiais", uma expressão emprestada do poeta francês Baudelaire. Esta analogia sugere uma crítica ao uso excessivo e inadequado de medicamentos psicotrópicos, que, ao invés de tratar as causas fundamentais dos problemas psíquicos, proporcionam apenas um alívio superficial e fugaz.

Essas perspectivas colocam em destaque a necessidade de uma abordagem mais holística e integrada no tratamento de transtornos mentais, que leve em consideração não apenas os aspectos biológicos, mas também os psicológicos, sociais e existenciais do sofrimento humano. Esta visão desafia o modelo predominante de medicalização, propondo uma reflexão mais profunda sobre as práticas atuais no campo da saúde mental e suas implicações para o bem-estar humano a longo prazo.

Bueno Gomez (2017), apud Santos e Souza (2021), oferece uma visão multidimensional da dor, destacando suas facetas psicológicas, corporais e socioculturais. Ele argumenta que a dor é não apenas uma experiência física, mas também um fenômeno

complexo que pode ser entendido como o resultado de um processo de percepção somatossensorial no cérebro, manifestando-se como uma imagem mental associada a lembranças desagradáveis.

Essa compreensão ampla da dor tem implicações significativas para seu tratamento. Santos e Souza (2021) observam que, na prática médica, o medicamento frequentemente se torna o recurso principal no manejo da dor. Eles apontam que a conduta mais comum entre os médicos no tratamento da dor envolve a prescrição de benzodiazepínicos e antidepressivos, sendo estes últimos frequentemente escolhidos devido à fluoxetina ser classificada como um inibidor da recaptação de serotonina.

Por sua vez, Canabarro e Alves (2009) discutem a realidade contemporânea em que a intensidade das emoções frequentemente alcança um ponto que parece insuportável. Neste contexto, os psicofármacos são vistos como uma solução eficaz para aliviar as frustrações e sofrimentos. Os autores também observam que o recurso a substâncias entorpecentes pode ser uma estratégia para evitar o confronto direto com as realidades do mundo exterior.

Roudinesco (2000) amplia essa discussão ao apontar para a ideologia predominante em torno do uso de substâncias medicamentosas. Ele exemplifica com o uso do Viagra, frequentemente buscado por homens que se veem como impotentes, sem uma investigação adequada das causas psíquicas de seus sintomas. Esta tendência se reflete igualmente no uso generalizado de ansiolíticos e antidepressivos.

O autor nos mostra que há uma sociedade depressiva e com tendência a quebrar o elo com a essência da vida humana, valorizando somente o sucesso material e que prefere se entregar a substâncias químicas do que encarar a realidade e falar sobre seus sentimentos mais íntimos, sendo assim “O silêncio passa então a ser preferível à linguagem, fonte de angústia e vergonha” (ROUDINESCO, 2000, p. 8).

Esses insights destacam uma tendência na medicina moderna de favorecer soluções farmacológicas rápidas, muitas vezes em detrimento de abordagens mais profundas que considerem os aspectos psicológicos e socioculturais da dor e do sofrimento humano. Esta perspectiva sugere a necessidade de uma reflexão mais aprofundada sobre as práticas atuais no campo da saúde mental e sobre como os medicamentos são utilizados no tratamento de condições complexas, que podem ter raízes tanto no corpo quanto na mente.

2.4 AUTOMEDICAÇÃO

Para Ramos *et. al* (2008, p.1) “Entende-se como automedicação o uso de medicamentos sem nenhuma intervenção por parte de um médico, ou outro profissional habilitado, nem no diagnóstico, nem na prescrição, nem no acompanhamento do tratamento.”

A importância dos psicofármacos no manejo de várias patologias é indiscutível, representando um meio acessível e essencial de tratamento para pacientes que buscam alívio e controle de suas condições. Conforme Almeida et al. (2021), o uso desses medicamentos, quando administrado sob a supervisão médica adequada, pode ser altamente eficaz e melhorar substancialmente a qualidade de vida dos pacientes. Contudo, é essencial que o uso desses fármacos seja baseado no consentimento informado e voluntário do paciente, evitando práticas de automedicação ou prescrição compulsória, que podem acarretar efeitos adversos. O tratamento com psicofármacos, portanto, deve ser integrado a um plano terapêutico holístico, respeitando a autonomia individual e atendendo às necessidades específicas de cada paciente.

Almeida et al. (202) também destacam o papel da internet como uma ferramenta valiosa na promoção da saúde, facilitando a disseminação de informações sobre saúde e doença, bem como o acesso a bulas de medicamentos. No entanto, essa facilidade de acesso à informação pode levar os pacientes a chegarem às consultas com ideias pré-concebidas sobre medicalização, frequentemente influenciadas por recomendações de familiares e conhecidos. Esta tendência ressalta a necessidade de uma abordagem crítica e consciente por parte dos profissionais de saúde na avaliação e no manejo das expectativas e informações dos pacientes.

Ademais, “As razões pelas quais as pessoas se automedicam são inúmeras. A propaganda desenfreada e massiva de determinados medicamentos contrasta com as tímidas campanhas que tentam esclarecer os perigos da automedicação” (REVISTA DA ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA, 2002).

A prática da automedicação, embora comum, acarreta riscos significativos, incluindo intoxicação, mascaramento de doenças graves e, em casos extremos, a morte. Lima et al. (2022) enfatizam a vulnerabilidade de indivíduos que se automedicam, particularmente em

face de experiências anteriores com medicamentos. Este comportamento, frequentemente observado em contextos universitários, foi objeto de estudos internacionais realizados entre 2014 e 2015, que revelaram altas taxas de prevalência de automedicação entre estudantes universitários, variando de 50,9% a 96,0% (5-9). No Brasil, as taxas de automedicação entre universitários foram ainda mais elevadas, variando de 76,0% a 100% em estudos realizados de 2009 a 2017, conforme destaca Lima (2022, p.2): "estudos internacionais realizados entre 2014 e 2015, revelam altas taxas de prevalência da automedicação entre universitários, com valores entre 50,9% até 96,0%. (5-9) No Brasil, as taxas de automedicação entre universitários variaram entre 76,0% e 100% nos estudos realizados entre 2009 e 2017." Estes dados alarmantes apontam para a necessidade urgente de conscientização e educação sobre os perigos da automedicação, bem como para a implementação de políticas de saúde pública que abordem esta questão.

Nesta feita, "Não há como acabar com a automedicação, talvez pela própria condição humana de testar e arriscar decisões. Há, contudo, meios para minimizá-la. Programas de orientação para profissionais de saúde, farmacêuticos, balconistas e população em geral, além do estímulo a fiscalização apropriada, são fundamentais nessa situação" (REVISTA DA ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA, 2002).

2.5 Modernidade líquida

Zygmunt Bauman, em sua obra sobre a modernidade líquida, abordada por Founi e Silva (2008, p. 3), caracteriza este período como marcado por desapego, provisão e um acelerado processo de individualização. Bauman (2005, 2001, 2000, 1998) apud Founi e Silva (2008, p. 3) descreve este tempo como uma era de liberdade, mas paradoxalmente, também de insegurança. Esta descrição capta a essência de uma sociedade em constante mudança, onde as relações e estruturas sociais são fluidas e transitórias.

Reis e Almeida (2017) aprofundam essa discussão, observando que a modernidade líquida representa uma fase de transformação significativa nas preferências e valores humanos. Segundo eles, aspectos fundamentais da vida, como vínculos afetivos, relacionamentos familiares e convicções religiosas, passam por uma reavaliação no modo como as pessoas pensam e agem. Eles argumentam que, nesta era, os indivíduos enfrentam

a ausência de padrões de referência estáveis, bem como a erosão de códigos sociais e culturais tradicionais que anteriormente orientavam a construção da vida pessoal e a inserção em contextos de classe e cidadania.

Essa nova realidade, conforme conceituada por Bauman e interpretada por Founi, Silva, Reis e Almeida, desafia as estruturas sociais e culturais estabelecidas, levando a um cenário onde a incerteza e a flexibilidade se tornam a norma. Essa transformação tem implicações profundas para a compreensão da identidade, da comunidade e da estrutura social, exigindo uma reavaliação dos conceitos e teorias tradicionais em sociologia e outras disciplinas relacionadas à compreensão da sociedade e do comportamento humano.

Nesse contexto:

Fragilidade é a palavra-chave para nomear as atuais relações, sejam elas em qualquer contexto. No mundo contemporâneo/moderno os laços não são mais almejados, prazerosos, conquistados ou até mesmo feitos. Os laços atuais são “criados” para que possam ser diluídos diante de qualquer conflito ou qualquer desculpa. A durabilidade, que na verdade não dura, é um tempo determinado para que haja um final, sempre sendo um final mais próximo do que o esperado (REIS; ALMEIDA, 2017, p.5).

Para Lima (2015, p. 14), "Os novos tempos, dominados pela tecnologia e pela internet, têm inquietado a todos. Muito se tem falado sobre os impactos negativos da rede e também sobre seu alcance, suas infinitas possibilidades". De acordo com Alves et al. (2020), o amor se tornou líquido, perdendo seu significado máximo nas suas condições afetivas e comunitárias, e diminuindo em valor nas interações mais íntimas e sociais. Alves et al. (2020, p. 11) trazem à reflexão que "A vida se torna uma abstração da mídia e da cultura. A realidade social é separada e generalizada pelo espetáculo. Tal condição se repercute através da necessidade do mercado por acúmulo de capital.

As dinâmicas da modernidade líquida, com sua ênfase na provisoriação, no individualismo e na influência da tecnologia, criam um terreno fértil para o aumento do uso de psicotrópicos. As pessoas podem recorrer a esses medicamentos como uma forma de lidar com a instabilidade emocional, a pressão social e a busca por soluções rápidas para seus desafios psicológicos.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo adota a metodologia de pesquisa bibliográfica, que envolve uma análise crítica e detalhada de materiais previamente publicados, como livros, artigos científicos, periódicos e fontes online. Segundo Andrade (2010, p. 25), a pesquisa bibliográfica é uma habilidade essencial nos cursos de graduação, servindo como um ponto de partida para todas as atividades acadêmicas. Ela permite uma compreensão abrangente do estado atual do conhecimento em uma determinada área, fornecendo uma base sólida para futuras investigações.

Conforme apontado por Sousa, Oliveira e Alves (2021, p. 66), a pesquisa bibliográfica é um processo de levantamento e revisão de obras publicadas que são pertinentes à teoria que norteará o trabalho científico. Esta abordagem exige dedicação, estudo profundo e análise crítica por parte do pesquisador. Seu objetivo principal é reunir e analisar textos publicados a fim de apoiar e fundamentar o trabalho científico, contribuindo para a construção de uma base teórica coesa e bem fundamentada.

Neste estudo, as consultas foram realizadas no período de março a maio de 2022, com foco em trabalhos bibliográficos publicados entre 2009 e 2022. Foram utilizadas plataformas de pesquisa reconhecidas na área da psicologia e da saúde, como a Biblioteca Virtual em Saúde - Psicologia (BVS-Psi), a Plataforma Eletrônica de Periódicos em Psicologia (Pepsic) e a Scientific Electronic Library Online (Scielo), entre outras. A seleção dos materiais baseou-se no uso de descritores específicos, incluindo "Psicofármacos", "Psicoterapia", "Medicamentos", "Remédios" e "Psicotrópicos", a fim de garantir uma abordagem abrangente e atualizada sobre o tema.

Essa metodologia permitiu uma análise detalhada e crítica das tendências atuais, desafios e avanços no campo dos psicofármacos e da psicoterapia, oferecendo uma perspectiva atualizada sobre o uso e a compreensão dessas substâncias na prática clínica e na pesquisa acadêmica.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este estudo revelou uma tendência preocupante na sociedade contemporânea em relação à idealização do fim do sofrimento e de emoções angustiantes por meio do uso de medicamentos psicotrópicos. Como observado por Hospital Santa Mônica (2018), os

transtornos mentais são influenciados por uma gama de fatores, incluindo sociais, genéticos, psicológicos e ambientais, com as pressões socioeconômicas impactando significativamente a saúde mental, especialmente nas camadas mais vulneráveis da população.

Whitaker (2017) destaca uma consequência alarmante dessa tendência: a diminuição da comunicação e a relutância em explorar e compreender emoções e sentimentos internos. Há uma inclinação crescente para silenciar questões internas, optando por soluções farmacológicas rápidas. Esta abordagem é corroborada por Capitão (2005), que aponta que muitas pessoas negligenciam a psicoterapia, que busca compreender o indivíduo de maneira integral, e preferem recorrer exclusivamente aos psicofármacos para alívio imediato.

A cultura do "immediatismo", descrita por Maia e Albuquerque (2000) e citada por Nazário e Silva (2019), é predominante na sociedade atual, onde a busca incessante por satisfação imediata e a necessidade de demonstrar felicidade constante contribuem para o aumento do uso abusivo de psicofármacos. Roudinesco (2000) amplia essa discussão, indicando que há uma grande ideologia em torno do uso de substâncias medicamentosas, não apenas para tratar doenças, mas também para atender a demandas sociais e emocionais, como é o caso do uso do Viagra para tratar a impotência sem compreender suas causas psíquicas.

Salmoria, citado por Silva (2009), e Rodrigues (2003) ressaltam que a expansão do campo da psiquiatria tem levado à medicalização de características que antes eram consideradas traços de personalidade. Essa tendência tem convertido fenômenos psíquicos em patologias, promovendo uma abordagem medicamentosa em detrimento da compreensão mais profunda dos problemas.

Frey et al. (2004) apontam para a necessidade de os psiquiatras monitorarem suas decisões de prescrição, evitando ser influenciados por conflitos internos ou pela incapacidade de suportar processos terapêuticos mais lentos. Santos e Souza (2021) observam que, frequentemente, os médicos recorrem à prescrição de benzodiazepínicos e antidepressivos, relegando a psicoterapia a um papel secundário.

Finalmente, Roudinesco (2000) alerta para uma sociedade inclinada à depressão, que se distancia da essência da vida humana e valoriza excessivamente o sucesso material, preferindo substâncias químicas em vez de enfrentar a realidade e dialogar sobre sentimentos profundos. Nesse contexto, o silêncio é frequentemente preferido à linguagem, que pode ser

fonte de angústia e vergonha.

Portanto, este estudo destaca a necessidade urgente de repensar as abordagens atuais ao tratamento da saúde mental, promovendo uma maior conscientização sobre os benefícios da psicoterapia e reavaliando a tendência de recorrer a soluções medicamentosas rápidas e superficiais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo revela que vivemos em uma sociedade líquida, onde as relações e conexões humanas são frequentemente efêmeras e superficiais. Na contemporaneidade, observa-se que uma grande parcela da população busca soluções imediatas para seus sofrimentos e angústias, optando por métodos rápidos e muitas vezes inadequados para aliviar seu desconforto emocional. Este padrão de comportamento está profundamente enraizado na cultura do imediatismo, impulsionada por fatores socioeconômicos e culturais, e é exacerbado pelo enfraquecimento das relações interpessoais e pela prevalência de interações virtuais sobre as reais. A diminuição da comunicação verbal em favor de relações digitais superficiais contribui para um isolamento emocional crescente, onde as pessoas se distanciam do diálogo sincero sobre suas emoções e experiências pessoais.

Neste cenário, muitos indivíduos se encontram sem as informações necessárias para o uso adequado de psicofármacos. A busca por orientações muitas vezes se dá através de fontes não confiáveis, como o senso comum ou a internet, levando à automedicação e ao agravamento de patologias existentes. Essa prática perigosa reflete uma falta de compreensão sobre a natureza e as implicações dos tratamentos medicamentosos, além de evidenciar uma carência de recursos confiáveis e acessíveis para o esclarecimento de dúvidas e orientações adequadas sobre saúde mental.

A realidade do imediatismo e a busca por soluções rápidas também são influenciadas pelo rompimento das relações interpessoais e pela diminuição da comunicação verbal. As conversas sobre sentimentos e questões pessoais têm perdido espaço, levando as pessoas a optarem pelo silêncio, mascarando a dor e o vazio interior. Esse silêncio contribui para o aumento de frustrações e conflitos internos, gerando uma série de desordens emocionais. O diálogo, uma ferramenta crucial para o entendimento e a expressão das emoções, parece estar

em declínio, substituído por uma comunicação digital mais superficial e menos significativa.

A maioria dos indivíduos evita enfrentar seus conflitos internos de maneira efetiva, muitas vezes negando a própria realidade. Em vez de buscar compreender a origem de seus sintomas, recorrem a uma fuga na forma de substâncias medicamentosas, com a falsa expectativa de que esses medicamentos possam trazer felicidade, bem-estar e aliviar angústias, ansiedades, tristezas e conflitos existenciais. Essa busca por soluções farmacológicas imediatas é um reflexo da dificuldade em lidar com questões emocionais mais profundas e da falta de habilidade em enfrentar a realidade de forma saudável e construtiva.

Diante disso, a importância da intervenção psicoterapêutica torna-se evidente. A psicoterapia oferece um espaço para o autoconhecimento, a compreensão profunda dos conflitos internos e o desenvolvimento de estratégias para lidar com as emoções e desafios da vida. É essencial que as pessoas com disfunções psicológicas ou aquelas que buscam o autoconhecimento recebam o acompanhamento psicoterapêutico adequado, não limitando seu tratamento à "terapia analgésica" proporcionada pelos medicamentos. Esta abordagem integrada é fundamental para a promoção da saúde mental e para a melhoria do estilo de vida das pessoas, capacitando-as a compreender como usar as substâncias medicamentosas de forma eficaz e consciente, bem como a reconhecer as consequências de seu uso abusivo. Assim, poderemos caminhar em direção a uma sociedade mais saudável, onde a saúde mental é valorizada e cuidada de forma holística e ética.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Lidiane Mendes *et al.* Uso abusivo de psicofármacos e o papel do farmacêutico na prevenção da medicalização. **REVISTA SAÚDE & CIÉNCIA ONLINE**, Campina Grande, ano 2021, v. 10, n. 2, p. 1-15, 14 fev. 2021.

AUCHEWSKI, Luciana et al. Avaliação da orientação médica sobre os efeitos colaterais de benzodiazepínicos. **Brazilian Journal of Psychiatry** [online]. 2004, v. 26, n. 1 [Acessado 5 Outubro 2022], pp. 24-31. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1516-44462004000100008>>. Epub 30 Mar 2004. ISSN 1809-452X. <https://doi.org/10.1590/S1516-44462004000100008>.

Automedicação. **Biblioteca Virtual em Saúde**, 2012. Disponível em:

<https://bvsms.saude.gov.br/bvs/dicas/255_automedicacao.html>. Acesso em: 10 de mai. de 2022.

Automedicação. **Revista da Associação Médica Brasileira** [online]. 2001, v. 47, n. 4 [Acessado 22 novembro 2022], pp. 269-270. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-42302001000400001>>. Epub 23 Jan 2002. ISSN 1806-9282. <https://doi.org/10.1590/S0104-42302001000400001>

CAPITAO, Cláudio Garcia; SCORTEGAGNA, Silvana Alba; BAPTISTA, Makilim Nunes. **A importância da avaliação psicológica na saúde. Aval. psicol.**, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 75-82, jun. 2005. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712005000100009&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 27 nov. 2022.

CANABARRO, Rita de Cássia dos Santos; ALVES, Márcia Barcellos. **Uma pílula para (não) viver. Rev. Mal-Estar Subj.**, Fortaleza, v. 9, n. 3, p. 839-866, set. 2009. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482009000300005&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 25 out. 2022.

FERRAZZA, Daniele de Andrade et al. **A banalização da prescrição de psicofármacos em um ambulatório de saúde mental**. Paidéia (Ribeirão Preto) [online]. 2010, v. 20, n. 47 [Acessado 21 novembro 2022], pp. 381-390. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-863X2010000300010>>. Epub 04 Fev 2011. ISSN 1982-4327. <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2010000300010>.

HYMAN, S. E. **Efeitos Colaterais Tóxicos dos Medicamentos Psicotrópicos e seu Manejo**. 2016. Disponível em: <<http://www.bibliomed.com.br/bibliomed/bmbooks/psiquiat/livro1/cap/cap24.htm>>. Acesso em: 05 de out. de 2022.

LIMA, Paula Andreza Viana et al. **Automedicação entre estudantes de graduação do interior do Amazonas. Acta Paulista de Enfermagem** [online]. 2022, v. 35 [Accessed 22 November 2022] , eAPE039000134. Available from: <<https://doi.org/10.37689/acta-ape/2022AO000134>> https://doi.org/10.37689/acta-ape/2022AO000134. Epub 06 June 2022. ISSN 1982-0194. <https://doi.org/10.37689/acta-ape/2022AO000134>.

MONDARDO, Anelise Hauschild; PIOVESAN, Laís; MANTOVANI, Paulina Cecilia. **A percepção do paciente quanto ao processo de mudança psicoterápica**. Aletheia, Canoas, n. 30, p. 158-171, dez. 2009. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942009000200013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 01 abr. 2022.

MOURAO-JUNIOR, Carlos Alberto; SOUZA, André Bedendo de. **Adesão ao uso de medicamentos: algumas considerações**. Est. Inter. Psicol., Londrina, v. 1, n. 1, p. 96-107,

2010. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-6407201000100007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 20 mar. 2022.

MORALLIS, Ivone Rodrigues. **A indústria de saúde no Brasil. Revista de Administração de Empresas** [online]. 1981, v. 21, n. 3 [Acessado 27 Novembro 2022], pp. 82-83. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-75901981000300014>>. Epub 28 Jun 2013. ISSN 2178-938X. <https://doi.org/10.1590/S0034-75901981000300014>

PANDE, Mariana Nogueira Rangel and Amarante, Paulo Duarte de Carvalho WHITAKER, R. **Anatomia de uma epidemia: pílulas mágicas, drogas psiquiátricas e o aumento assombroso da doença mental**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2017. Saúde em Debate [online]. 2017, v. 41, n. 115 [Accessed 28 November 2022], pp. 1233-1235. Available from: <<https://doi.org/10.1590/0103-1104201711520>>. ISSN 2358-2898. <https://doi.org/10.1590/0103-1104201711520>.

PELEGRIINI, Marta Regueira Fonseca. **O abuso de medicamentos psicotrópicos na contemporaneidade. Psicologia: Ciência e Profissão** [online]. 2003, v. 23, n. 1. pp. 38-41. Epub 30 Ago 2012. ISSN 1982-3703. Scielo Brasil. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-98932003000100006>>. Acesso em 20 mar. 2022.

PEREIRA, Januaria Ramos *et al.* **RISCOS DA AUTOMEDICAÇÃO: TRATANDO O PROBLEMA COM CONHECIMENTO**. Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários - PROEX Área de Extensão Universitária, [S. l.], p. 1-13, “s.d.”

RODRIGUES, Joelson Tavares **A medicação como única resposta: uma miragem do contemporâneo. Psicologia em Estudo** [online]. 2003, v. 8, n. 1 [Acessado 21 Novembro 2022], pp. 13-22. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-73722003000100003>>. Epub 26 Jan 2004. ISSN 1807-0329. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722003000100003>.

ROUDINESCO, Elisabeth. **Por que a psicanálise?** 1. ed. [S. l.]: Zahar, 1999. 164 p. ISBN 8571105405. Disponível em: https://img.travessa.com.br/capitulo/ZAHAR/POR_QUE_A_PSICANALISE-9788571105409.pdf. Acesso em: 7 set. 2022.

SANTOS, Josenade Engracia; SOUZA, Rozemere Cardoso. **Dor que fala, dor que cala: sentidos da dor para usuários da atenção primária**. Rev. Psicol. Saúde, Campo Grande, v. 13, n. 1, p. 125-139, mar. 2021 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-093X2021000100010&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 25 out. 2022. <http://dx.doi.org/10.20435/pssa.v13i1.893>.

SILVA, Ellen Fernanda Gomes da; BARRETO, Carmem. **A tarja preta da**

medicalização": reflexões para a clínica psicológica. Rev. NUFEN, Belém, v. 11, n. 1, p. 86-101, abr. 2019. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912019000100007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 20 mar. 2022.

TFOUNI, Fabio Elias Verdiani; SILVA, Nilce da. A modernidade líquida: o sujeito e a interface com o fantasma. Rev. Mal-Estar Subj., Fortaleza, v. 8, n. 1, p. 171-194, mar. 2008. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482008000100009&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 31 out. 2022.